INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA – CAMPUS PICUÍ
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DE ENSINO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DOS RECURSOS AMBIENTAIS DO SEMIÁRIDO

MARIA DE LOURDES LIMA MEDEIROS

DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO SEMIÁRIDO: PERCEPÇÕES DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS DO MUNICÍPIO DE FREI MARTINHO - PB

Picuí – PB
2026

MARIA DE LOURDES LIMA MEDEIROS

DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO SEMIÁRIDO: PERCEPÇÕES DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS DO MUNICÍPIO DE FREI MARTINHO - PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Ambientais do Semiárido do Instituto Federal da Paraíba - Campus Picuí, em cumprimento às exigências parciais para a obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Dra. Jeane Medeiros Martins de Araújo

Picuí – PB
2026

Dados Internacionais de Catalogação
Biblioteca – IFPB, Campus Picuí

M488d Medeiros, Maria de Lourdes Lima.

Desafios da agricultura familiar no semiárido: percepções dos agricultores e agricultoras do município de Frei Martinho - PB / Maria de Lourdes Lima Medeiros. – Picuí, 2026.

37 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização - Gestão em Recursos Ambientais do Semiárido – GRAS) – Instituto Federal de Educação Tecnológica da Paraíba, IFPB – Campus Picuí/Coordenação de Pós Graduação em Gestão dos Recursos Ambientais do Semiárido, 2026.
Orientadora: Dra Jeane Medeiros Martins de Araújo.

1. Agricultura familiar. 2. Políticas públicas - seca. 3. Escassez hídrica. 4. Frei Martinho - PB. I. Título.

CDU 631:338.43

Elaborada por Alini Casimiro Brandão – CRB 000701

MARIA DE LOURDES LIMA MEDEIROS

DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO SEMIÁRIDO: PERCEPÇÕES DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS DO MUNICÍPIO DE FREI MARTINHO - PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Ambientais do Semiárido do Instituto Federal da Paraíba - Campus Picuí, em cumprimento às exigências parciais para a obtenção do título de Especialista.

Aprovada em _____/_____/_____

Banca Examinadora

_____

Dra. Jeane Medeiros Martins de Araújo
Orientadora (IFPB)

_____

Dr. Djair Alves de Melo (IFPB)
Examinador 1

_____

Dra. Maria Alaíne da Cunha Lima (EMPAER)
Examinadora 2

Picuí – PB
2026

Resumo

A região semiárida do Brasil é caracterizada pela irregularidade das chuvas, que variam ao longo do tempo e entre diferentes locais, além da ocorrência frequente de períodos de estiagem e seca. Nesse contexto, a agricultura familiar enfrenta dificuldades que limitam o desenvolvimento das atividades produtivas, como a escassez das águas, a falta de assistência técnica, os impactos das mudanças climáticas, entre outros. A presente pesquisa tem como objetivo analisar os desafios enfrentados pela agricultura familiar no município de Frei Martinho, Paraíba, por meio das percepções dos agricultores e agricultoras. Para realização da pesquisa foram aplicados formulários com perguntas semiestruturadas a 30 agricultores, adotando-se uma abordagem quali-quantitativa. Os resultados evidenciaram que a irregularidade climática, a ausência de assistência técnica especializada, a burocracia excessiva no acesso a programas e benefícios, bem como as dificuldades de inserção nos mercados consumidores, constituem entraves significativos ao fortalecimento da agricultura familiar na região. Embora existam políticas públicas voltadas ao setor, como o PRONAF, o PAA e o PNAE, sua implementação no município ainda se mostra limitada, em razão da insuficiente articulação entre os gestores públicos e da fragilidade das organizações locais de produtores. Conclui-se que é indispensável a adoção de um planejamento integrado, sustentado por políticas públicas territorializadas, contínuas e eficazes, capazes de promover o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento da agricultura familiar no município de Frei Martinho.

Palavras-chave: agricultura familiar; problemas climáticos; semiárido.

Sumário

1 INTRODUÇÃO 5
2 REFERENCIAL TEÓRICO 7
2.1 Políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar 7
2.2 Agricultura familiar no Semiárido brasileiro 8
2.3 Agricultura Familiar no Semiárido Paraibano 9
2.4 Agricultura familiar no município de Frei Martinho-PB 10
3 MATERIAIS E MÉTODOS 11
3.1 Descrição da área de estudo 12
3.2 Procedimentos para realizar a pesquisa 12
3.3 Análise e tratamento dos dados 12
4 Resultados e discussões 13
5 Considerações finais 27
REFERÊNCIAS 28
APÊNDICE A – Formulário aplicado aos agricultores familiares 32
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) 36

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar no Semiárido enfrenta uma série de desafios, como o acesso limitado a recursos, a escassez de água, a deficiência de infraestrutura, os impactos das mudanças climáticas e as pressões econômicas. Esses fatores podem comprometer a sustentabilidade e a viabilidade dos agricultores e agricultoras familiares. Apesar disso, o setor também apresenta importantes potencialidades, como a promoção do desenvolvimento local, a geração de empregos, a valorização da cultura regional e a produção de alimentos mais saudáveis (Santos *et al*., 2023).

O semiárido brasileiro é caracterizado por suas condições climáticas adversas, tais quais: baixos volumes de chuvas, longos períodos de estiagem, altas temperaturas médias, elevadas taxas de evapotranspiração, déficit hídrico, baixa umidade relativa do ar, entre outros, que impõe desafios significativos para a atividade agrícola, principalmente para a modalidade familiar, que é responsável por uma parcela considerável da produção de alimentos. No entanto, as mudanças climáticas têm gerado consequências diretas e indiretas na região, a exemplo do aumento da frequência e intensidade de secas e a irregularidade das chuvas. Essas alterações climáticas não só comprometem a produção agrícola, mas também afetam a disponibilidade de água, um recurso crítico para esse público (Fonseca *et al.*, 2024).

Diante desse cenário, foi criado, no Brasil, em 1995 e institucionalizado em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com o objetivo de melhorar as condições de produção, gerar empregos e elevar a renda dos agricultores familiares. A relevância desse setor também foi reconhecida internacionalmente em 2014, quando a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) declarou esse período como o "Ano Internacional da Agricultura Familiar" (Mesquita, 2023). Nesse sentido, a agricultura familiar é reconhecida pela Constituição Federal de 1988 e por diversas legislações infraconstitucionais como estratégica para o desenvolvimento rural sustentável. Políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) têm sido fundamentais para o apoio à produção, comercialização e geração de renda para os pequenos agricultores (Brasil, 2006).

Diante desse contexto, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) instituiu o Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (SIPAF) com o objetivo de fortalecer a identidade social da agricultura familiar junto aos consumidores, evidenciando sua presença em diversos produtos. Vale salientar a importância dessa modalidade de trabalho, tendo em vista que se constitui como uma base da produção agrícola em muitas regiões do Brasil, especialmente no Nordeste, onde representa não apenas uma atividade econômica, mas também uma estratégia de sobrevivência para milhares de famílias (França *et al.*, 2023). Além disso, o segmento também é beneficiado por outras legislações específicas e por programas voltados ao seu fortalecimento,

destacando-se a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), instituída pela Lei nº 12.188/2010, que consiste no marco regulatório de organização jurídica das políticas públicas no que tange à agricultura familiar brasileira (Picolotto, 2023).

Segundo a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 9.064/2017, considera-se agricultor familiar aquele que atua no meio rural e atende aos seguintes critérios:

a) possuir área de até quatro módulos fiscais, a qualquer título;

b) utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades do estabelecimento ou empreendimento (conforme redação do Decreto nº 10.688/2021);

c) obter, no mínimo, metade da renda familiar a partir dessas atividades; e

d) manter a gestão do estabelecimento ou empreendimento sob responsabilidade exclusiva da família (Brasil, 2006).

Morais (2019) destaca que a agricultura praticada no bioma Caatinga, em clima semiárido, é conduzida majoritariamente por pequenos agricultores que utilizam tecnologias de baixo nível, empregam intensivamente mão de obra familiar e apresentam níveis reduzidos de produtividade e renda. Por muito tempo, esse modelo foi rotulado como “pequena produção”, “agricultura de subsistência” ou “agricultores pobres”. No entanto, esses agricultores constituem a parcela mais significativa da agricultura familiar no Brasil. Esse tipo de agricultura tem, historicamente, desempenhado um papel central na economia brasileira. Ao longo do desenvolvimento econômico do país, diferentes produtos agrícolas assumiram posições estratégicas na sustentação da economia nacional, embora, durante séculos, tenham sido conduzidos de maneira rudimentar, com baixo nível de inovação tecnológica e baseando-se principalmente em um sistema produtivo intensivo em mão de obra de baixo custo (Castro, 2015).

Diante do exposto, esta pesquisa teve como objetivo analisar as percepções dos agricultores e agricultoras do município de Frei Martinho, Paraíba, acerca das dificuldades encontradas na agricultura familiar. A relevância deste estudo justifica-se pelo expressivo impacto social e econômico da atividade para o desenvolvimento rural do município. Ademais, compreender os desafios vivenciados pelos pequenos produtores é fundamental para subsidiar políticas públicas mais eficazes, fomentar o desenvolvimento sustentável e fortalecer a segurança alimentar da população local.

Para além desta introdução, o artigo está estruturado em mais quatro seções. A segunda seção traz o referencial teórico, abordando as políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar, o histórico da agricultura familiar no Semiárido brasileiro, o contexto estadual paraibano e as especificidades socioeconômicas e produtivas do município de Frei Martinho – PB. A terceira seção descreve os procedimentos metodológicos, caracterizando a área de estudo e detalhando a aplicação do formulário quantitativo junto às comunidades rurais investigadas. A quarta seção apresenta e discute os resultados obtidos, correlacionando o perfil

sociodemográfico dos produtores, a estrutura fundiária, as bases produtivas e de comercialização, além dos entraves relacionados à escassez hídrica, burocracia documental e carência de assistência técnica. Por fim, a quinta seção expõe as considerações finais, sintetizando os principais achados e ressaltando a relevância de políticas públicas territorializadas e contínuas para o fortalecimento do setor no município.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar

As políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar desempenham um papel fundamental no desenvolvimento rural sustentável, na promoção da segurança alimentar e nutricional e na geração de emprego e renda no campo. Conforme destaca a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2019), essa modalidade produtiva é decisiva tanto para a mitigação da pobreza quanto para a gestão equilibrada dos recursos naturais.

No Brasil, a Lei nº 11.326/2006 estabelece as diretrizes para a formulação de políticas públicas destinadas à agricultura familiar e aos empreendimentos familiares rurais, contemplando ações relacionadas ao crédito, à assistência técnica, à comercialização e ao desenvolvimento sustentável (Brasil, 2006). Nesse contexto, a atuação do Estado, por meio de programas, projetos e ações específicas, é essencial para ampliar as oportunidades dos agricultores familiares, fortalecer seus sistemas produtivos e melhorar suas condições de produção e comercialização.

Nessa perspectiva, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) constitui um instrumento estratégico para o desenvolvimento da agricultura familiar, uma vez que promove processos educativos continuados voltados à gestão, à produção e à comercialização das atividades rurais (Brasil, 2010). A ATER vai além da transmissão de técnicas agrícolas, pois adota metodologias participativas e considera as particularidades sociais, culturais e ambientais das comunidades rurais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para a valorização dos conhecimentos tradicionais dos agricultores (Brasil, 2010).

Por meio desses serviços, os agricultores familiares podem receber orientações sobre manejo e conservação dos recursos naturais, adoção de práticas agroecológicas, organização da produção, gestão da propriedade, agregação de valor aos produtos e

inserção nos mercados consumidores, além de apoio para acessar políticas públicas e oportunidades de financiamento rural (Brasil, 2010; Brasil, 2026).

2.2 Agricultura familiar no Semiárido brasileiro

A agricultura familiar no Semiárido brasileiro é caracterizada, majoritariamente, por sistemas de produção dependentes da chuva, combinando a criação de animais, o cultivo de plantas e o extrativismo. Segundo dados da Embrapa (2019), a região vem enfrentando um longo período de seca desde 2012, situação que tem causado impactos severos na agropecuária familiar, especialmente nas áreas em que a atividade depende totalmente das precipitações pluviométricas. Historicamente, esse segmento foi institucionalizado no Brasil como categoria política e social na década de 1990, tendo como marco de sua fundação e reconhecimento oficial o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, seguido pela definição legal da Lei 11.326 de 2006.

Nesse panorama, a atividade desempenha um papel fundamental no Semiárido brasileiro, estando presente em mais de 2 milhões de estabelecimentos agropecuários. Esse segmento ocupa cerca de 28 milhões de hectares e envolve aproximadamente 8,6 milhões de pessoas, das quais 38% vivem na região semiárida (EMBRAPA, 2019). Diante disso, essas famílias enfrentam o constante desafio de manter uma produção sustentável nestas áreas vulneráveis onde a limitada disponibilidade hídrica molda as dinâmicas sociais e econômicas.

No aspecto normativo, a região do Semiárido brasileiro foi instituída a partir da Lei Federal nº 7.827, de 27 de setembro de 1989. Atualmente, após a revisão de 2021, o recorte é composto por 1.262 municípios, abrangendo áreas dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais. A região também é definida por meio de resoluções do Conselho Deliberativo da Sudene, especialmente as de nº 107 e nº 115 de 2017, as quais estabelecem que, para fins de delimitação oficial, os municípios considerados devem atender a pelo menos dois dos seguintes critérios técnico-científicos: precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros; índice de aridez de *Thornthwaite* igual ou inferior a 0,50; ou percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60% ao longo do ano (Fortini, 2020).

De acordo com Silva *et al.* (2020), a questão hídrica no Semiárido brasileiro se destaca pela irregularidade e escassez das chuvas ao longo do ano, especialmente durante os períodos de estiagem prolongada que afetam diretamente a hidrologia local. Rios e riachos locais apresentam caráter intermitente, secando em determinados períodos do ano devido à alta variabilidade espacial e temporal das precipitações. Consequentemente, essa falta de água impacta de forma direta o manejo agrícola, comprometendo a qualidade de vida, a segurança alimentar e a economia das comunidades mais vulneráveis (Soares, 2025).

Diante desse cenário, a Câmara dos Deputados do Brasil oficializou, em setembro de 2019, o período de 2019 a 2028 como a Década da Agricultura Familiar (Brasil, 2019). Essa iniciativa está alinhada ao plano de ação global contra a fome e a pobreza, anunciado, no mesmo ano, pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), que visa erradicar a fome no mundo até 2030. Esse plano é estruturado em sete pilares, voltados à promoção da inclusão socioeconômica, ao fortalecimento da resiliência e à melhoria do bem-estar dos agricultores familiares, além de buscar o incentivo à sustentabilidade, à multifuncionalidade da agricultura e à capacidade de mitigação das mudanças climáticas. A proposta é que essa década se consolide como um marco na promoção de políticas públicas mais eficazes para a agricultura familiar, contribuindo também para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no contexto da Agenda 2030.

2.3 Agricultura Familiar no Semiárido Paraibano

O semiárido paraibano, historicamente, enfrenta crises de escassez hídrica. Os longos períodos de estiagem e os anos consecutivos com precipitação insuficiente inviabilizam a produção de alimentos voltada para consumo humano e animal. Esse cenário representa um grande desafio, dificultando significativamente a permanência desses agricultores no meio rural (França *et al.*, 2018).

Segundo Soares (2025), a falta de chuvas em períodos críticos, como durante a safra de determinadas culturas, compromete o seu desenvolvimento. Por outro lado, o excesso de precipitação pode provocar erosão do solo e resultar na perda das lavouras. Outro desafio está associado ao aumento da temperatura, que intensifica o processo de evapotranspiração das culturas e eleva a demanda por água. Nesse contexto, plantas mais

sensíveis ao calor são as mais afetadas, o que pode levar à redução da qualidade, da produtividade ou até mesmo à perda total da produção.

Embora o manejo da terra seja uma das atividades humanas mais antigas e essenciais para a subsistência global (Galdino, 2024), a consolidação da agricultura familiar no Nordeste assume contornos demográficos impressionantes. Em 2017, a região concentrava 47,2% de todos os estabelecimentos de agricultura familiar do Brasil, totalizando 1,8 milhão de unidades produtivas (Fortini, 2020).

No cenário estadual, o Censo Agropecuário de 2017 apontou que a Paraíba contava com 125.489 estabelecimentos de agricultura familiar, correspondendo a 77% do total de propriedades agropecuárias do estado. Desse montante estadual, a Paraíba respondia por 6,8% dos estabelecimentos da região Nordeste, evidenciando a relevância do setor para a dinâmica econômica, para o sustento das famílias envolvidas e para a garantia do autoconsumo local (OFA-PB, 2022).

2.4 Agricultura familiar no município de Frei Martinho-PB

No município de Frei Martinho, na Paraíba, a agricultura familiar enfrenta as dificuldades típicas do Semiárido. Dentre os principais entraves, destacam-se a irregularidade das chuvas, a insuficiência de assistência técnica, a escassez de políticas públicas de apoio ao setor e as barreiras no acesso aos mercados consumidores. Considerando que o sistema produtivo local depende fortemente das condições climáticas, a variabilidade e a imprevisibilidade das precipitações constituem fatores determinantes para a produtividade agrícola, afetando diretamente a sustentabilidade da atividade e a segurança alimentar das famílias produtoras (Frei Martinho, 2026).

Apesar dessas limitações, a atividade assume papel central na economia municipal. No contexto do Semiárido brasileiro, a manutenção e o fortalecimento das propriedades rurais estão relacionados ao acesso a políticas públicas, assistência técnica, crédito rural e programas governamentais voltados ao desenvolvimento da agricultura familiar. Dados do Censo Agropecuário evidenciam a importância da agricultura familiar e permitem analisar aspectos relacionados à estrutura produtiva, à assistência técnica e às políticas públicas destinadas ao setor (IBGE, 2019).

Segundo os dados do município de Frei Martinho (2026), a gestão local desenvolve ações de apoio ao setor, tais como: os programas de corte de terra gratuito, distribuição

de sementes e o fornecimento de ração subsidiada em parceria com o Governo do Estado, contribuindo para a manutenção dos rebanhos, especialmente durante os períodos de estiagem. Adicionalmente, os produtores rurais são contemplados por programas como o Garantia-Safra, que assegura suporte financeiro emergencial em casos de perdas de produção causadas pela estiagem.

Portanto, a instabilidade climática e a busca por oportunidades de emprego formal em outros setores têm contribuído para o êxodo rural, comprometendo a permanência dos jovens nas atividades agrícolas tradicionais. Diante desse panorama, o poder público e as representações dos produtores rurais buscam, de forma contínua, investimentos voltados à perfuração de poços e à aquisição de máquinas e implementos agrícolas, visando fortalecer a produção, otimizar o trabalho no campo e ampliar a resiliência da agricultura familiar no município (IBGE, 2022; Brasil, 2022).

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Para obter os dados necessários a esta análise, foi desenvolvido e aplicado um formulário semiestruturado com questões fechadas no qual os participantes podiam escolher entre opções predefinidas, como sim/não, resposta única e múltiplas escolhas junto aos produtores rurais participantes da pesquisa. Diante disso, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de campo de abordagem qualiquantitativa. Conforme aponta Mathias (2022), a pesquisa quantitativa é conclusiva e clara, ela quantifica um problema e faz entender a dimensão dele. Este tipo de pesquisa fornece informações numéricas sobre os dados obtidos.

Guerra (2024) destaca que a pesquisa qualiquantitativa é uma abordagem metodológica que combina elementos de pesquisa qualitativa e quantitativa. Neste tipo de pesquisa, os pesquisadores buscam obter informações detalhadas e aprofundadas sobre um determinado fenômeno, ao mesmo tempo em que utilizam técnicas estatísticas para analisar e interpretar os dados coletados. A pesquisa qualiquantitativa é frequentemente utilizada em estudos sociais, de saúde e de educação, pois permite aos pesquisadores explorarem as complexidades e nuances de um determinado problema, ao mesmo tempo em que possibilita a generalização dos resultados para uma população maior.

Desta forma, a coleta de dados ocorreu por meio da aplicação de um formulário, com famílias produtoras no município de Frei Martinho, Paraíba, durante o mês de maio

de 2026. As respostas obtidas foram analisadas quantitativamente e apresentadas sob a forma de gráficos para melhor visualização dos cenários investigados.

3.1 Descrição da área de estudo

O município de Frei Martinho, Paraíba, está localizado na Região Geográfica Imediata de Cuité-Nova Floresta e na Região Geográfica Intermediária de Campina Grande. O território apresenta características típicas do Semiárido nordestino, com baixos índices pluviométricos. O clima é tropical chuvoso, com verão seco, temperaturas elevadas ao longo do ano e um período de chuvas concentrado, intercalado com longos períodos de estiagem (IBGE, 2022).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), o município de Frei Martinho, Paraíba, possui população de 2.246 habitantes, ocupa uma área territorial de 238,66 km². A maior parte dos produtores desta localidade atua na criação de animais, como bovinos, caprinos e ovinos e no cultivo de culturas de subsistência, como milho e feijão, extremamente dependentes das chuvas. Adicionalmente, o setor produtivo nessas comunidades é caracterizado por baixos índices de mecanização e por uma histórica limitação no acesso à assistência técnica contínua.

3.2 Procedimentos para realizar a pesquisa

A pesquisa de campo foi conduzida com uma amostra de 30 (trinta) agricultores e agricultoras diretamente envolvidos com a atividade familiar, residentes nas comunidades rurais dos sítios Timbaúba, Cauaçú, Quixaba, Várzea Verde e Riacho da Madeira, no município de Frei Martinho, Paraíba.

Durante a aplicação do formulário com os participantes, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para que pudessem analisar os objetivos da proposta, bem como os possíveis riscos e benefícios decorrentes. Após os esclarecimentos, procedeu-se à assinatura do documento garantindo o sigilo das informações pessoais e a preservação da privacidade e do seu anonimato.

3.3 Análise e tratamento dos dados

Na análise dos dados, as respostas atribuídas pelos agricultores e agricultoras durante a aplicação do formulário foram tratadas quantitativamente. Esse processo levou em consideração todos os aspectos ligados diretamente aos desafios enfrentados por eles na agricultura familiar no município de Frei Martinho–PB, sendo os resultados consolidados e apresentados graficamente.

Durante a categorização da pesquisa realizada com os produtores que exercem suas atividades (Figura 1), buscou-se mapear a trajetória de inserção no campo. A partir disso, observou-se que a maioria deles exerce suas atividades na agricultura desde a infância, relatando que o início do trabalho ocorreu pelo acompanhamento dos pais nas tarefas diárias da lavoura. Na Figura 2, podemos observar alguns representantes de agricultores vendendo seus produtos na feira, mostrando sua importância para o desenvolvimento da agricultura familiar no munícipio.

Figura 1- Aplicação do formulário com os agricultores do Município de Frei Martinho-PB



Fonte: Acervo do Autor (2026)

Figura 2 - Agricultores vendendo seus produtos na feira.



Fonte: Acervo do Autor (2026)

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como resultados, questionou-se aos produtores rurais a respeito de sua identidade de gênero, com opções de resposta estruturadas entre os gêneros masculino, feminino ou outro. Conforme observado na Figura 3, a maioria dos agricultores identificou-se com o gênero feminino e, menos de 35% identificou-se como sendo do gênero masculino. Esse

percentual de mais de 60% sendo do gênero feminino se deu pelo fato de que, em muitas propriedades, os companheiros não estarem presente no momento da coleta de dados, além do fato de que, em outros casos, as mulheres assumem o papel de principais responsáveis pelo sustento familiar.

Figura 3 - Identidade de gênero dos agricultores do município de Frei Martinho – PB

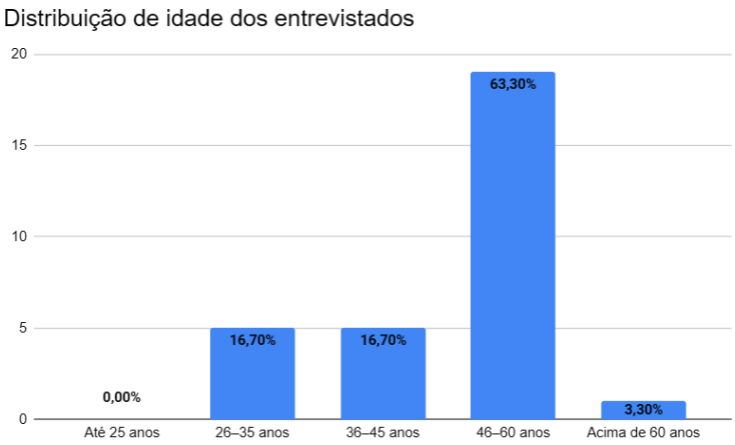


Fonte: Dados da pesquisa (2026)

De acordo com dados do Censo Agropecuário 2017, as mulheres representavam 18,7% dos produtores que dirigiam estabelecimentos agropecuários no Brasil, correspondendo a 946.075 mulheres. Embora ainda sejam minoria na direção individual dos estabelecimentos, sua participação apresentou crescimento significativo em relação a 2006, quando representavam 12,7% dos produtores. Além disso, o levantamento identificou que 20,3% dos estabelecimentos agropecuários eram dirigidos conjuntamente por casais, evidenciando a participação feminina na gestão das atividades rurais (IBGE, 2019).

Os agricultores apresentam um grupo etário situado entre 26 e 61 anos de idade. Como podemos observar na Figura 4, a maioria está entre 46 e 60 anos. Sendo assim, os dados coletados comprovaram que todos eles estão inseridos no contexto da agricultura desde a infância, perpetuando o ofício de seus pais e das gerações anteriores, no qual todos os que fazem parte do núcleo familiar estão inseridos na atividade produtiva.

Figura 4 - Distribuição de idade no município de Frei Martinho-PB

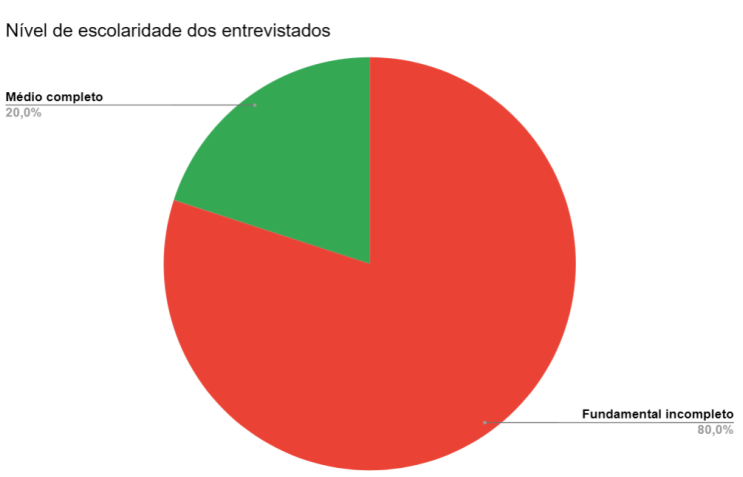


Fonte: Dados da pesquisa (2026)

Essa realidade traz desafios importantes para a sucessão familiar e evidencia a necessidade urgente de políticas públicas e incentivos que estimulem a permanência e o retorno dos jovens ao campo. Dessa forma, tal cenário impacta diretamente a situação atual da agricultura local, refletindo na redução da mão de obra disponível, na produtividade e na incorporação de novas tecnologias às atividades agrícolas (IBGE, 2019).

Quando questionados sobre o grau de escolaridade, todos eles marcaram que são alfabetizados, porém, como podemos observar na Figura 5, apesar de alfabetizados, mais de 75% dos produtores rurais confirmaram ter apenas o Ensino Fundamental I incompleto. Uma parcela menor declarou possuir o Ensino Fundamental II incompleto, menos de 25% concluiu o Ensino Médio e nenhum participante possui formação de nível superior. Segundo relatos, diversos motivos os levaram a não concluir os estudos, um deles é que não tiveram tempo suficiente para estudar devido à necessidade precoce de inserção no mercado de trabalho agrícola por exigência familiar.

Figura 5 - Nível de escolaridade dos produtores rurais

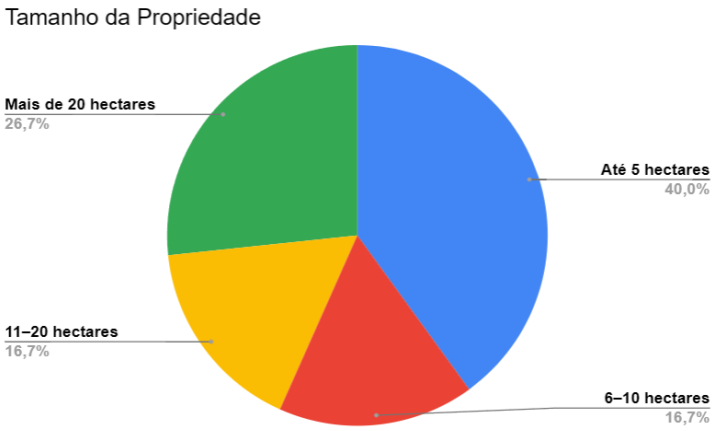


Fonte: Dados da pesquisa (2026)

O cenário educacional mapeado em Frei Martinho-PB acompanha o contexto histórico do semiárido nordestino, onde a maioria possui Ensino Fundamental incompleto (IBGE, 2019). As limitações de acesso à educação no campo, especialmente em décadas anteriores, fizeram com que muitos produtores não tivessem a oportunidade de concluir os estudos básicos.

Quanto à extensão das propriedades, a Figura 6 ilustra que a maioria dos agricultores (40%) possui uma propriedade pequena de até 5 hectares. Esse perfil decorre do esforço individual de pequenos produtores para adquirir pequenos lotes de terra com o intuito de abrigar rebanhos e lavouras, ou, ainda, da celebração de contratos de parceria, comodato ou arrendamento de frações de 2 a 3 hectares com familiares e vizinhos. Além disso, os demais produtores possuem propriedades entre 6 e 20 hectares (35%) e apenas 26% têm mais de 20 hectares de terra.

Figura 6 - Tamanho da propriedade rural

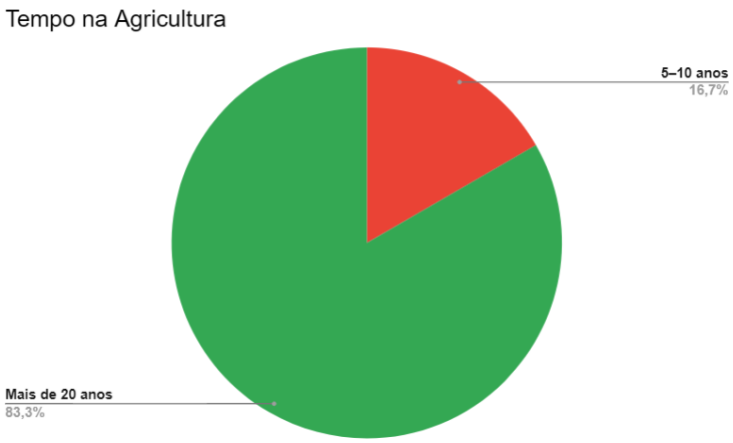


Fonte: Dados da pesquisa (2026)

Esses resultados demonstram que a agricultura familiar representa a grande maioria dos estabelecimentos rurais no Brasil, sendo composta, em muitos casos, por pequenas propriedades com áreas entre 2 e 5 hectares, especialmente na região Nordeste. Apesar disso, a distribuição de terras no país ainda é marcada por uma histórica desigualdade fundiária, visto que, muitas dessas pequenas propriedades têm dimensões insuficientes para garantir a subsistência plena. Esse cenário se reflete no fato de que apenas uma pequena parcela dos proprietários detém a maior parte das terras agricultáveis do país, enquanto os menores imóveis representam a maioria dos estabelecimentos, mas ocupam uma proporção muito menor da área total (IBGE, 2019).

Ao serem questionados sobre quanto tempo vivem no domínio da agricultura, a maioria dos participantes responderam que trabalham na agricultura há mais de 20 anos, totalizando mais de 80% das respostas, o que demonstra a continuidade aos trabalhos agrícolas deixados por herança de seus pais e avós. Os demais agricultores, considerados mais jovens, responderam que atuam no setor há um tempo de 5 a 10 anos, representando cerca de menos de 20 % deles. Estes dados são ilustrados a Figura 7.

Figura 7 - Tempo de atuação na agricultura.



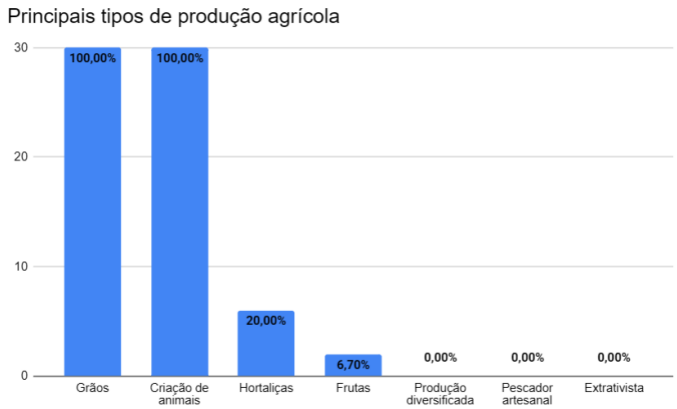
Fonte: Dados da pesquisa (2026)

O homem do campo é peça essencial da agricultura familiar e da produção de alimentos no Brasil. Seu trabalho fortalece a segurança alimentar, movimenta a economia local, preserva o meio ambiente e mantém vivas as tradições rurais. Contudo, observa-se uma contínua transição demográfica no campo, marcada pelo envelhecimento da mão de obra e pela migração de agricultores aposentados para áreas urbanas em busca de acesso a serviços de saúde e infraestrutura básica (IBGE, 2019).

Sobre o tipo de produção, os dados constataram que a principal base produtiva dos agricultores são culturas anuais, como o milho e feijão e a criação de animais, como

ovinos, bovinos e suínos (100% dos agricultores), como pode ser observado na figura 8. Além disso, cerca de 20% dos produtores mencionaram que cultivam hortaliças, como alface, couve-flor, coentro, pimentão, pimenta de cheiro, entre outros, e 6,7% indicaram que plantam frutas, como pinha, melancia, jerimum e goiaba.

Figura 8 - Principais tipos de produção agrícola

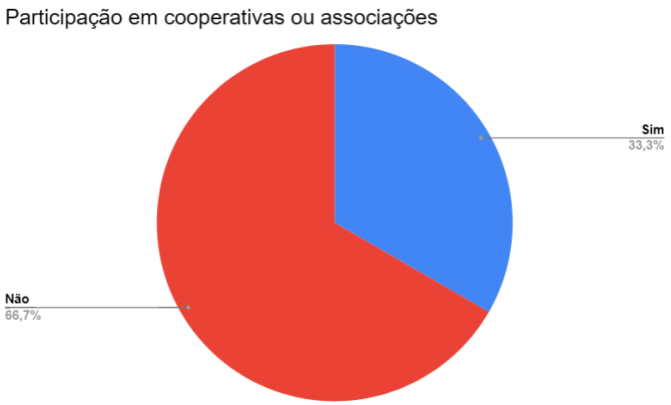


Fonte: Dados da pesquisa (2026)

Observa-se com esse resultado que, para os pequenos produtores, as culturas anuais como o milho e o feijão consolidam-se como culturas de subsistência, cultivadas prioritariamente para o autoconsumo, de modo que apenas o excedente é comercializado a preços reduzidos no mercado local. Sousa *et al.* (2025) comenta que nesse tipo de exploração agrícola, as culturas são manejadas em monocultivos, com produções abaixo da média. Paralelamente, a criação de animais de pequeno e médio porte constitui outra base de sustentação econômica essencial para a zona rural de Frei Martinho-PB, com destaque para a expressiva presença dos rebanhos ovino e bovino como garantia de renda e sobrevivência das famílias (IBGE, 2022).

No que diz respeito à organização coletiva (Figura 9), a maioria dos agricultores locais declarou não participar de nenhuma associação ou cooperativa, totalizando mais de 60% das respostas, enquanto cerca de 34% mantêm participação ativa. Dentre os motivos relatados, destacaram-se a falta de convites para participar, até mesmo a falta de interesse na participação e a burocracia na documentação das associações. Por outro lado, os produtores associados comentaram sobre a importância da associação no que diz respeito à arrecadação de benefícios para os próprios agricultores, assim como na busca de melhorias, como aquisição de equipamentos, insumos, e o acesso a políticas públicas.

Figura 9 - Participação em cooperativas ou associações

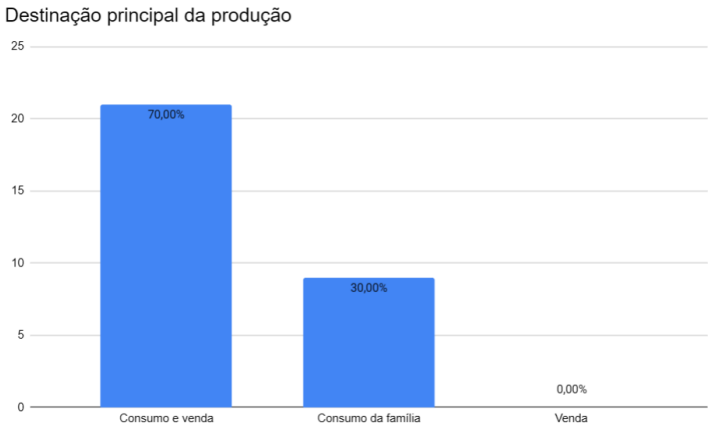


Fonte: Dados da pesquisa (2026)

De acordo com Picanço (2022), a organização em associação é um mecanismo que possibilita aos agricultores familiares crescimento pessoal e profissional, melhores condições de concorrência nos mercados, aquisição de insumos e equipamentos com menores preços, acesso às políticas públicas, maior poder para reivindicar junto ao governo a assistência à elaboração e a manutenção de bens de utilidade pública, como postos de saúde, escolas e estradas. A ação do Estado se faz presente quando há maior participação e organização dos agricultores familiares.

Quando questionados sobre o destino da produção, a maioria dos agricultores responderam que a produção é destinada para o consumo familiar e venda dos excedentes (cerca de 70% dos produtores rurais). Os 30% restantes responderam que produziam exclusivamente para consumo da família, não havendo respostas na opção dedicada exclusivamente à venda comercial. Estes dados estão ilustrados na Figura 10.

Figura 10 - Destinação principal da produção



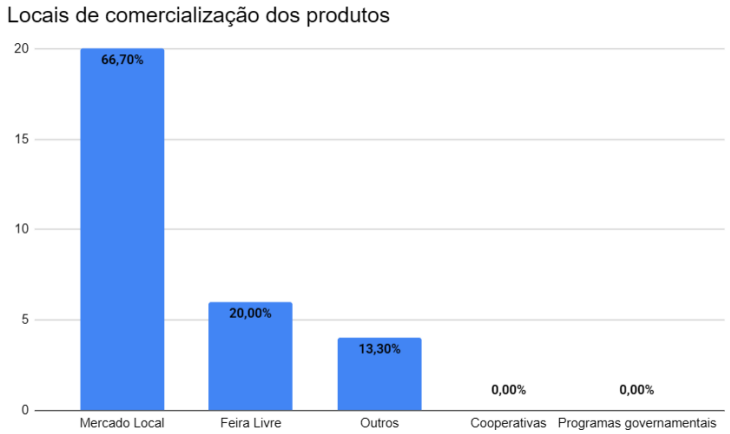
Fonte: Dados da pesquisa (2026)

Esses dados confirmam que a produção da agricultura familiar é voltada tanto para o consumo da família quanto para a comercialização. Em outras palavras, a produção

nessas pequenas propriedades é uma fonte de renda tanto para essas famílias quanto para o abastecimento do mercado local, contribuindo assim para a segurança alimentar e para saúde da sociedade.

Em relação aos canais de comercialização (Figura 11), a maioria dos agricultores responderam que vende seus produtos para o comércio local, representando cerca de mais de 70% deles. Os demais responderam que comercializam seus produtos na feira livre do município e em outros meios. Cooperativas rurais e programas governamentais não foram citados por eles. Embora o município possua agricultores credenciados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), eles não se encontravam nas residências no momento das visitas. Contudo, segundo informação da nutricionista responsável pela adesão dos alimentos, foi relatado que o fornecimento local ainda é restrito ao básico, sendo a maior parte da demanda escolar suprida por cooperativas regionais das cidades de Picuí e Jaçanã.

Figura 11 - Locais de comercialização dos produtos



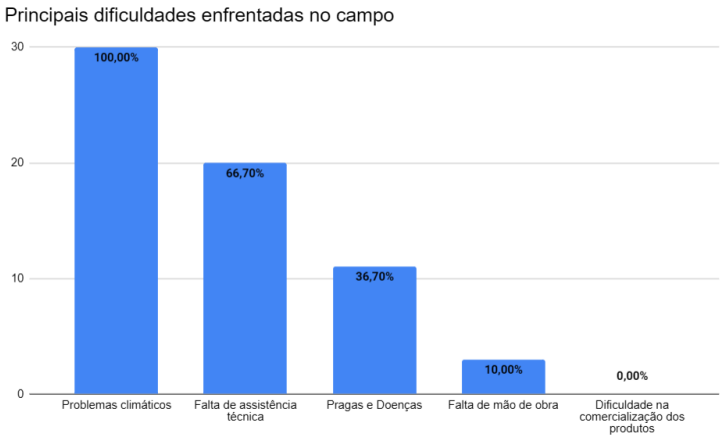
Fonte: Dados da pesquisa (2026)

Conforme a Lei nº 15.226/2025, que alterou a Lei nº 11.947/2009 e elevou de 30% para 45% o percentual mínimo destinado à aquisição de alimentos da agricultura familiar, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) passou a exigir, a partir de 1º de janeiro de 2026, que pelo menos 45% dos recursos financeiros repassados pelo Governo Federal aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios sejam aplicados na compra de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural. Entretanto, mesmo que existam cotas destinadas à agricultura familiar, muitos agricultores locais não conseguem vender seus produtos devido aos inúmeros fatores, como o excesso de burocracia, a exigência de documentos, problemas de logística e transporte, os programas exigem fornecimento constante e padronizado, mas muitos

agricultores locais trabalham em pequena escala, o que gera dificuldades para cumprir os contratos o ano todo, entre outros (Castro, 2024).

Ao serem questionados sobre as principais dificuldades enfrentadas (os produtores podiam optar por mais de uma alternativa), os problemas climáticos foram indicados por 100% dos produtores como o principal obstáculo à produção agrícola, pois reduz a produtividade das colheitas, aumenta os custos de produção e ameaça a segurança financeira das famílias rurais, seguidos pela falta de assistência técnica com 60% das respostas, a incidência de pragas e doenças com um pouco menos de 37% e a falta de mão de obra indicada por 10% dos produtores. As alternativas, como acesso limitado a crédito e políticas públicas e dificuldade na comercialização dos produtos, não foram assinaladas. Todos esses dados estão ilustrados na Figura 12.

Figura 12 - Principais dificuldades enfrentadas no campo



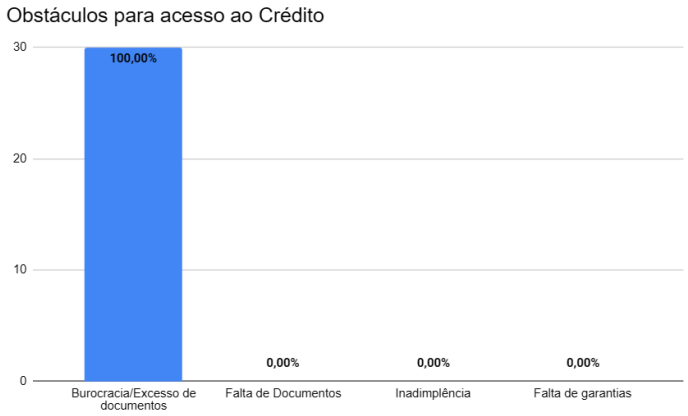
Fonte: Dados da pesquisa (2026)

Diante desse cenário, conclui-se que os problemas climáticos são os que mais afetam os agricultores familiares. Soares (2025) relata que, no Nordeste brasileiro, especialmente no semiárido paraibano, a escassez de água é um fenômeno recorrente que exige desses produtores grande capacidade de adaptação e resiliência. Além disso, torna-se indispensável a implementação de políticas públicas eficazes para a convivência com o clima seco. No contexto da agricultura familiar, a limitação hídrica impacta diretamente as atividades produtivas e, consequentemente, a qualidade de vida, a segurança alimentar e a economia local, sobretudo nas comunidades mais vulneráveis.

A respeito dos obstáculos para ter acesso a créditos rurais (Figura 13), a burocracia/excesso de documentos exigidos na hora de fazer o cadastro agropecuário foi apontada como o principal entrave. Os produtores relataram não ter a documentação

exigida pela Unidade Local de Sanidade Animal e Vegetal (ULSAV). Sem o cadastro ativo, os produtores ficam impossibilitados de emitir a Guia de Trânsito Animal (GTA), documento obrigatório para transações de rebanhos e para a liberação de linhas de crédito rural. Por outro lado, opções como inadimplência e falta de garantias não foram assinaladas pelos entrevistados. Assim, constata-se que o acesso aos financiamentos permanece restrito a uma parcela dos produtores, justamente em razão do rigor procedimental exigido.

Figura 13 - Obstáculos para o acesso ao crédito rural

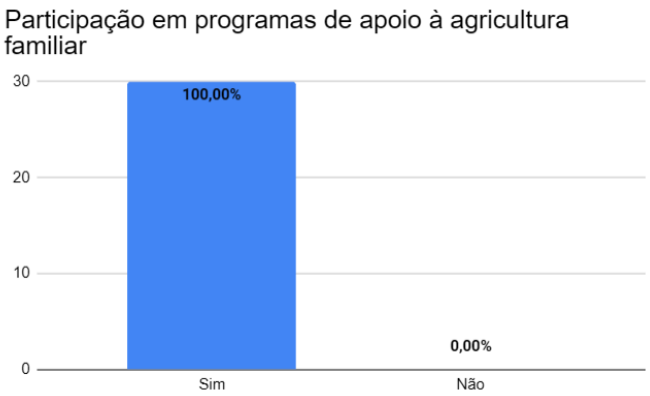


Fonte: Dados da pesquisa (2026)

Com base na Figura 13, conclui-se que um dos maiores obstáculos enfrentados pelos agricultores é o excesso de burocracia e documentação. Embora o crédito rural seja fundamental para o desenvolvimento do setor agropecuário, muitos produtores encontram barreiras significativas que comprometem sua capacidade produtiva e competitividade. A exigência de escrituras, títulos de posse e o Cadastro Ambiental Rural (CAR) constituem os principais gargalos, impedindo que diversos agricultores comprovem a regularidade fundiária da área a ser financiada.

Quando questionados sobre sua participação em políticas públicas, 100% dos agricultores responderam que sim, participam e deram ênfase que elas são muito importantes para trazer benefícios para os pequenos agricultores (Figura 14).

Figura 14 - Participação em programas de apoio à agricultura familiar

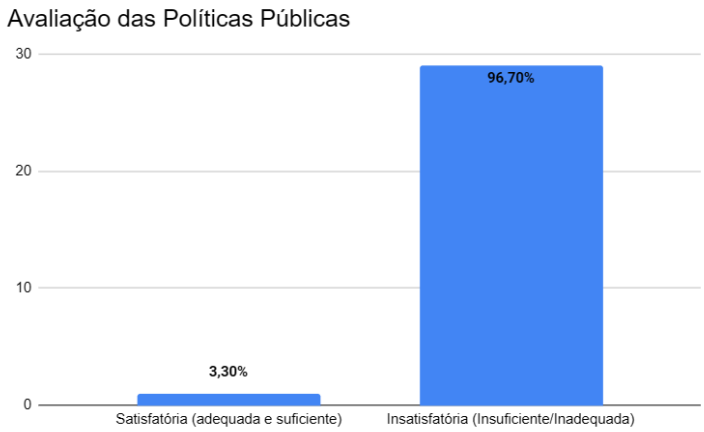


Fonte: Dados da pesquisa (2026)

Nesse aspecto, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF) destaca-se nacionalmente, pois é uma política crucial para o desenvolvimento da agricultura familiar no país. A finalidade do programa é fortalecer a agricultura através de linhas de crédito e apoio técnico para os pequenos produtores, de modo a contribuir para a geração de renda, melhoria da qualidade de vida e permanência no campo (Castro, 2015).

Em complemento ao questionamento anterior, os agricultores avaliaram qualidade e o alcance dessas políticas públicas locais. A maioria classificou que as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar ainda são bastante insatisfatórias para a região. Entre as principais queixas, estavam a falta de planejamento integrado com políticas territorializadas e contínuas, que promovam o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região, e a falta de acompanhamento contínuo de técnicos especializados e adaptados à realidade local para ajudar e orientar o agricultor, já que o pequeno produtor precisa de orientações sobre manejo do solo, controle de pragas, adaptação climática e melhoria da produtividade de forma sustentável, entre outras. Esses dados estão ilustrados na Figura 15.

Figura 15 - Avaliação das políticas públicas rurais

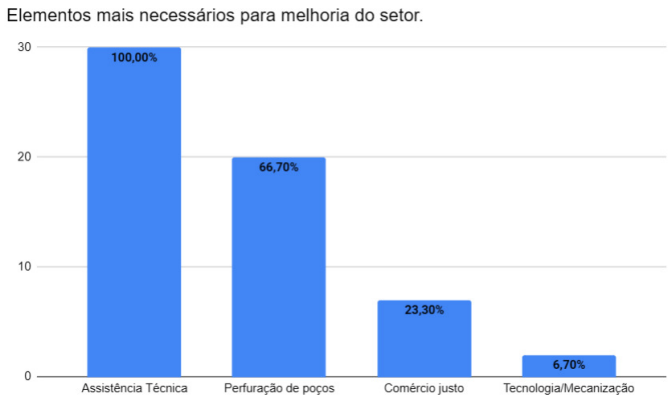


Fonte: Dados da pesquisa (2026)

A Figura 15 mostra que, na opinião da maioria dos agricultores e agricultoras, as políticas públicas ainda não chegam de verdade ao campo. Embora existam programas importantes, como o Plano Safra, a grande quantidade de documentos exigidos para regularizar a situação das terras e fazer os cadastros acaba atrapalhando. No fim das contas, essa burocracia funciona como uma barreira, deixando muitos pequenos produtores sem conseguir o crédito que precisam para trabalhar.

Em seguida, os produtores rurais foram questionados quanto ao que eles acham que seria necessário para melhorar a agricultura familiar. Assistência técnica foi indicada por 100% dos produtores rurais, já que esse serviço ainda é muito escasso na região pela falta de profissionais que conheçam a realidade local. Os agricultores apontaram que precisam de orientações sobre manejo sustentável, controle de pragas e adaptação ao clima. Outras necessidades importantes mencionadas foram a perfuração de poços, fundamental para o semiárido; o comércio justo, pois muitos reclamaram que os compradores só querem pagar preços muito baixos; e, por fim, o uso de máquinas e tecnologia, que ajuda a agilizar o trabalho, principalmente na hora da colheita. Todos esses dados estão ilustrados na Figura 16.

Figura 16 – Quais os principais elementos para melhoria do setor?

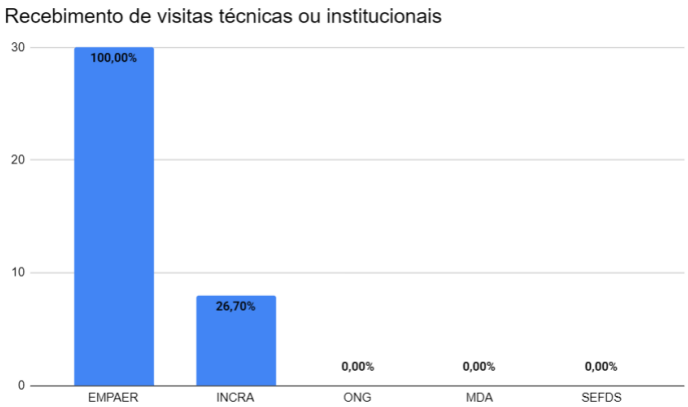


Fonte: Dados da pesquisa (2026)

O acesso gratuito à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) ainda possui alcance restrito. De acordo com o último Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas 18% dos estabelecimentos da agricultura familiar no país recebem esse atendimento. Diante desse cenário, é fundamental ampliar o acesso à ATER para todos os produtores rurais.

No que diz respeito às visitas de órgãos públicos ou Organizações da Sociedade Civil (OSCs), a maioria dos participantes informou que só recebe atendimento da Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (EMPAER). Contudo, eles reclamaram que essas visitas são muito raras e que falta um acompanhamento constante. Outros produtores responderam que recebem assistência tanto da EMPAER quanto do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), como mostra a Figura 17, e destacaram como esses órgãos são importantes para ajudar a fortalecer a agricultura familiar. Já as opções que envolviam ONGs, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Secretaria da Agricultura Familiar e do Semiárido (SEAFDS) não receberam nenhuma resposta dos participantes da pesquisa.

Figura 17 - Recebimento de visitas técnicas ou institucionais

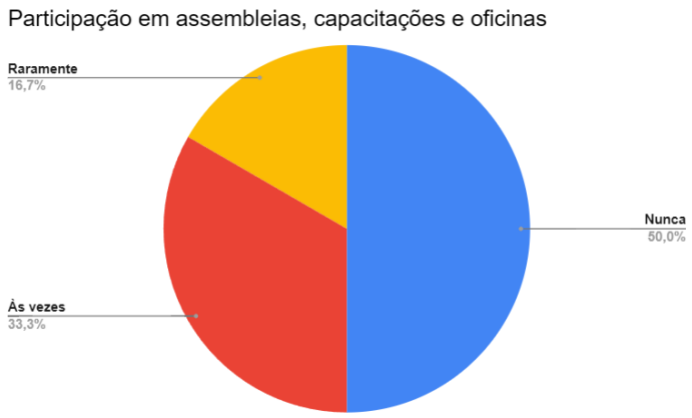


Fonte: Dados da pesquisa (2026)

As visitas realizadas por órgãos públicos são fundamentais para levar a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) diretamente às comunidades rurais. Essas ações asseguram o acesso dos agricultores às políticas públicas de crédito, como o PRONAF, orientam sobre práticas de cultivo sustentável e fortalecem a integração dos pequenos produtores aos mercados institucionais, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (Brasil, 2010).

Por fim, os produtores foram perguntados se participam de assembleias, capacitações, audiências públicas, oficinas ou seminários voltados para a agricultura familiar. Como ilustra a Figura 18, a maioria dos agricultores e agricultoras nunca participou de nenhuma dessas atividades. Entre os demais produtores, alguns mencionaram que participam às vezes e outros responderam que raramente participam, mesmo sabendo da importância que esses eventos têm para o seu trabalho.

Figura 18 - Participação em assembleias, capacitações e oficinas



Fonte: Dados da pesquisa (2026)

De acordo com os dados, mais de 50% dos agricultores e agricultoras nunca participaram de nenhuma capacitação. Muitos relataram que esses cursos quase não acontecem na região, enquanto outros apontaram a burocracia e a falta de divulgação como barreiras. Nesse sentido, é necessária a realização de mais capacitações, pois elas são essenciais para transformar a agricultura familiar em um setor mais competitivo e sustentável. Elas fornecem aos produtores rurais as ferramentas e o conhecimento necessários para aumentar a produtividade, diversificar a produção e tomar decisões mais assertivas, garantindo a segurança alimentar e a geração de renda nas pequenas comunidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, a partir das informações obtidas por meio dos relatos dos produtores rurais, as famílias de Frei Martinho-PB enfrentam desafios estruturais relacionados às condições climáticas características do Semiárido, com destaque para a irregularidade das chuvas e a ocorrência de períodos de estiagem.

Os resultados evidenciam que, embora os produtores reconheçam a importância das políticas públicas e das ações de apoio à agricultura familiar, ainda existem limitações quanto ao acesso e à efetividade dessas iniciativas no município. Entre as principais necessidades identificadas, destacam-se a ampliação da assistência técnica, a redução das barreiras burocráticas, o fortalecimento das organizações locais e a adoção de medidas voltadas à convivência com as condições climáticas do Semiárido.

Nesse contexto, o fortalecimento da agricultura familiar em Frei Martinho-PB requer um planejamento integrado e contínuo, que considere as especificidades do território e as demandas dos produtores. A ampliação da assistência técnica e do acesso às políticas públicas pode contribuir para melhorar as condições de produção, reduzir as vulnerabilidades das famílias rurais e favorecer sua permanência no campo e o desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Década da Agricultura Familiar é lançada na Câmara.** Brasília, DF: Agência Câmara de Notícias, 2019. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/583444-decada-da-agricultura-familiar-e-lancada-na-camara/. Acesso em: 28 mai. 2026.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 28 mai. 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** Brasília, DF; Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 29 mai. 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER.** Brasília, 2010. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm Acesso em: 31 jul. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Manual de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar**. 2. ed. Brasília, DF: FNDE, 2016. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/phocadownload/programas/alimentacao_escolar/pnae_manual_aquisicao-de-produtos-da-agricultura-familiar_2_ed.pdf. Acesso em: 28 mai. 2026.

BRASIL. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.** Parecer jurídico referencial: aquisição de tratores e implementos, perfuração de poços e outras ações de apoio à agricultura familiar. Brasília, DF, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/acesso-a-informacao/manifestacoes-juridicas-referencias/pareceres-juridicos-referenciais/2024/00014-2022.pdf?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 28 mai. 2026.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.** Plano Safra da Agricultura Familiar 2026/2027. Brasília, DF: MDA, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/mda/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/plano-safra-da-agricultura-familiar Acesso em: 28 mai. 2026.

CASTRO, C. N. de. **Desafios da Agricultura Familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural**. Brasília, DF: IPEA, 2015. Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/00b61024-1b05-4b39-8cce-974824782eb6/content. Acesso em: 30 mai. 2026.

CASTRO, C. N. de; **Desafios da Agricultura Familiar no Brasil, na América Latina e no Caribe: água e mudanças climáticas**. Brasília, DF: IPEA, 2024. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/bf6edd5d-557c-4efc-8c71-71be7bb66797/content. Acesso em: 30 mai. 2026.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Agricultura Familiar dependente de chuva no Semiárido**. Petrolina: Embrapa Semiárido, 2019. Disponível em: https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1114220/1/Agriculturafamiliardependentedechuvanosemiarido2019.pdf. Acesso em: 29 mar. 2026.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). *United Nations Decade of Family Farming 2019–2028: global action plan*. Rome: FAO, 2019. Disponível em: https://www.fao.org/family-farming/detail/en/c/1195619/ . Acesso em: 28 mai. 2026.

FONSECA, R. B.; PEREIRA, G. M. C. L.; OLIVEIRA, J. B. de; MAGALHÃES, C. A. S.; OLIVEIRA, F. F. de. **Agroecologia e Mudanças Climáticas no Semiárido: a contribuição da agricultura familiar para a segurança alimentar**. 2024. Disponível em: https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/10221/7838. Acesso em: 30 mai. 2026.

FORTINI, R. M. **Um novo retrato da Agricultura Familiar do Semiárido Nordestino Brasileiro a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017**. Fortaleza: UFC, 2020. Disponível em: https://cca.ufc.br/wp-content/uploads/2020/10/um-novo-retrato-da-agricultura-familiar.pdf. Acesso em: 29 mai. 2026.

FRANÇA, A. R. M. de; OLIVEIRA, F. S. S. de; NUNES, E. M.; LIMA, J. S. S. de; LIMA, F. C. R. de. **Estratégias de Convivência com o Semiárido: o fortalecimento da agricultura familiar no território Sertão do Apodi – RN**. Mossoró: EdUFERSA, 2018. Disponível em: https://books.scielo.org/id/ktjyw/pdf/siqueira-9786587108636-13.pdf. Acesso em: 30 mai. 2026.

FRANÇA, E. X. de; PEREIRA JÚNIOR, E. B.; SIQUEIRA, E. da C.; MEDEIROS, A. C. de; PEREIRA, W. R. **Desafios da agricultura familiar como principal meio de subsistência no município de Vista Serrana Paraíba**. 2023. Disponível em: https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RBFH/article/view/11424/13515. Acesso em: 30 mai. 2026.

FREI MARTINHO. Secretaria Municipal de Agricultura. **Principais atribuições e competências da Secretaria**. Frei Martinho, PB: Prefeitura Municipal, 2026. Disponível em: https://freimartinho.pb.gov.br/public/index.php/a-prefeitura/secretarias/secretaria-de-agricultura. Acesso em: 26 mai. 2026.

GALDINO, K. N. S. de. **Agricultura familiar e modo de vida camponês: práticas e desafios no sítio Mata dos Galdinos em São João do Rio do Peixe-PB**. 2024. Disponível em: https://dspace.sti.ufcg.edu.br/bitstream/riufcg/38752/1/KAREN%20NOEME%20DE%20SOUSA%20GALDINO.%20MONOGRAFIA%20GEOGRAFIA.%20CFP%202024.pdf. Acesso em: 30 mai. 2026.

GUERRA. A.L.R. **Metodologias e Classificação das Pesquisas Científicas.** 2024. Disponível em: https://recima21.com.br/recima21/pt_BR/article/view/5584/3830 Acesso em: 28 maio. 2026.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 29 mai. 2026.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama das Cidades: Frei Martinho (PB)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/frei-martinho/panorama. Acesso em: 28 mai. 2026.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua:** em 2022, taxa média anual de desocupação foi de 9,3% enquanto de taxa de subutilização foi de 20,8%. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/36336-pnad-continua-em-2022-taxa-media-anual-de-desocupacao-foi-de-9-3-enquanto-de-taxa-de-subutilizacao-foi-de-20-8?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 28 mai.2026.

MATHIAS, L. **Pesquisa qualitativa e quantitativa: qual é a melhor opção?** São Paulo: MindMiners, 2022. Disponível em: https://mindminers.com/blog/pesquisa-qualitativa-quantitativa/. Acesso em: 30 mai. 2026.

MESQUITA, A. A. **Matriz GUT na extensão rural: estudo de multicascos na agricultura familiar da região amazônica.** Revista Ciência em Extensão, Curitiba, 2023. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/extensao/article/view/83671/48355. Acesso em: 29 mai. 2026.

MORAIS, J. R. G. de. **Estabelecimentos Rurais Camponeses no Bioma Caatinga de clima semiárido: perspectivas e desafios na atualidade.** Revista Brasileira de Meio Ambiente, 2019. Disponível em: https://revistabrasileirademeioambiente.com/index.php/RVBMA/article/view/208/180. Acesso em: 30 mai. 2026.

OAF-PB – Observatório da Agricultura Familiar da Paraíba; DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Perfil da agricultura familiar na Paraíba.** João Pessoa: OAF-PB/DIEESE, 2022. Disponível em:

https://observatorios.dieese.org.br/ws2/producao-tecnica/arquivo/2/1124. Acesso em: 30 mai. 2026.

PICANÇO, A. B. **Agricultura familiar e associativismo: conquistas e limitações das associações de agricultores do município de Itaperuna – RJ.** Campos dos Goytacazes, 2017. Disponível em: https://uenf.br/posgraduacao/politicas-sociais/wp-content/uploads/sites/11/2022/10/Angelica.pdf. Acesso em: 30 mai. 2026.

PICOLOTTO, E. L. **A formação da agricultura familiar no país da grande lavoura: as mãos que alimentam a nação**. Curitiba: Editora Appris, 2023. Disponível em: https://institucional.ufrrj.br/portalcpda/files/2018/08/2011.tese_.everton_picolotto.pdf. Acesso em: 29 mai. 2026.

RIBEIRO, K. A.; MOREIRA, E. S.; RODRIGUES, A. M.; SOUZA, A. R. de. **Associações e o fortalecimento da agricultura familiar: um olhar sobre Brasileira, uma comunidade remanescente de quilombo**. Revista Desenvolvimento Social, Montes Claros, 2017. Disponível em: https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/1866/1991. Acesso em: 30 mai. 2026.

SANTOS, F. N.; COELHO, P. A. A.; LIMA, R. P. **Desafios Enfrentados Pela Agricultura Familiar**. Revista FT, ed. 121, 2023. Disponível em: https://revistaft.com.br/desafios-enfrentados-pela-agricultura-familiar/. Acesso em: 30 mai. 2026.

SILVA, R. M. A. da; AQUINO, J. R. de; COSTA, F. B.; NUNES, E. M. **Características produtivas e socioambientais da agricultura familiar no Semiárido brasileiro: evidências a partir do Censo Agropecuário de 2017**. 2020. Disponível em: https://static.even3.com/anais/250484.pdf. Acesso em: 29 mai. 2026.

SOARES, J. A. S.; AGUIAR, J. O. **Desafios na adoção de tecnologias sociais na agricultura familiar: percepção dos sujeitos no semiárido paraibano**. Observatório de lá Economia Latino-americana, Curitiba, v. 23, n. 2, 2025. Disponível em: https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/10476/6607. Acesso em: 30 mai. 2026.

SOUSA, R. P. de; LIMA, J. P. de; VERAS, M. L. M.; SILVA, V. L. da R.; LIMA, E. E. D. de; CARVALHO, K. da S. **Fortalecimento da agricultura familiar no semiárido paraibano através de tecnologias de baixo custo**. Revista DELOS, 2025. Disponível em: https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/article/view/5197/2889. Acesso em: 28 mai. 2026.

APÊNDICE A – Formulário aplicado aos agricultores familiares

Nesta seção, apresenta-se o formulário utilizado para a realização da pesquisa.

Formulário para Diagnóstico da Agricultura Familiar no Município de Frei Martinho - PB

(Perfil do Agricultor/Agricultora Local)

1 – Gênero

( ) Masculino

( ) Feminino

( ) Outro

2 - Idade:

( ) Até 25 anos

( ) 26–35 anos

( ) 36–45 anos

( ) 46–60 anos

( ) Acima de 60 anos

3- Qual é o seu nível de escolaridade?

( ) Não alfabetizado

( ) Ensino fundamental incompleto

( ) Ensino fundamental completo

( ) Ensino médio completo

( ) Ensino superior

4 - Qual o tamanho da sua propriedade?

( ) Até 5 hectares

( ) 6–10 hectares

( ) 11–20 hectares

( ) Mais de 20 hectares

5 - Qual o tempo de atuação na agricultura:

( ) Menos de 5 anos

( ) 5–10 anos

( ) 11–20 anos

( ) Mais de 20 anos

6 - Qual o principal tipo de produção?

( ) Grãos

( ) Hortaliças

( ) Frutas

( ) Criação de animais

( ) Produção diversificada

( ) Pescador Artesanal

( ) Extrativista

7 - Você participa de cooperativa ou associação?

( ) Sim

( ) Não

8 - A produção é destinada principalmente para:

( ) Consumo da família

( ) Venda

( ) Consumo e venda

9 - Onde os produtos são vendidos?

( ) Feira livre

( ) Mercado local

( ) Cooperativas

( ) Programas governamentais

( ) Outros

10 - Quais são as principais dificuldades enfrentadas?

( ) Acesso limitado a crédito e políticas públicas

( ) Falta de assistência técnica

( ) Problemas climáticos

( ) Dificuldade na comercialização dos produtos

( ) Falta de mão de obra

( ) Pragas e Doenças

11 - Há obstáculos para acesso ao crédito, se sim, quais?

( ) Falta de Documentos (CAF, Escritura)

( ) Inadimplência

( ) Burocracia/Excesso de documentos

( ) Falta de garantias

12- Você participa de algum programa/política pública de apoio à agricultura familiar?

(ex. PRONAF, PNAE, PAA, PDHC, PNCF, Garantia Safra, Quintais Produtivos, Ater Mulheres, Cooperar, Procase, Da Terra à Mesa ou outros)

( ) Sim

( ) Não

13 - Se sim, como você avalia as políticas públicas voltadas à agricultura familiar?

( ) Satisfatória (adequada e suficiente)

( ) Insatisfatória (adequada para a região, mas insuficiente ou suficiente, porém inadequada para a região)

14 - O que é mais necessário hoje para melhorar a agricultura familiar?

( ) Infraestrutura (estradas, água, luz)

( ) Tecnologia/Mecanização

( ) Acesso a crédito

( ) Comércio justo

( ) Assistência Técnica

( ) Corte de Terra oferecido no tempo certo

( ) Irrigação através de kits com energia solar

( ) Perfuração de poços

( ) Formação de associações

( ) Apoio público

15 - Você já recebeu a visita de algum órgão público ou OSC, que apoia a agricultura familiar?

( ) Sim

( ) Não

Se sim, quais instituições?

( ) ONG

( ) MDA

( ) INCRA

( ) EMPAER

( ) SEAFDS

16 - Você participa de assembleias, capacitações, audiências públicas, oficinas, seminários oferecidos para os agricultores/agricultoras familiares?

( ) Sim

( ) Às vezes

( ) Raramente

( ) Nunca

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Nesta seção, apresenta-se o modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aplicado aos participantes da pesquisa.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de conclusão do curso de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Ambientais do Semiárido pelo Instituto Federal da Paraíba, Campus-Picuí-PB, da aluna Maria de Lourdes Lima Medeiros, sob orientação da professora Dra. Jeane Medeiros Martins de Araújo.

Os objetivos deste projeto consistem, de modo geral, em avaliar as percepções dos agricultores e agricultoras do município de Frei Martinho, Paraíba, sobre os desafios enfrentados por eles na agricultura familiar. O Sr.(a) irá participar respondendo a um formulário com 16 questões estruturadas de múltipla escolha, resposta única e sim/não, com a temática sobre os desafios da agricultura familiar no semiárido.

A sua participação será de grande importância e poderá contribuir para ampliar o desenvolvimento sobre o tema abordado. Está participação é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso o Sr.(a) decida não participar ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento durante a pesquisa, não haverá nenhum prejuízo ao atendimento que o Sr.(a) recebe ou possa vir a receber na instituição.

Eu, declaro que entendi os objetivos e benefícios da minha participação nesse projeto.

Frei Martinho PB, ____ de maio de 2026.

Assinatura do responsável

_____

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
Campus Picuí - Código INEP: 25283928
PB 151, S/N, Cenecista, CEP 58187-000, Picuí (PB)
CNPJ: 10.783.898/0009-22 - Telefone: (83) 3142-7308

Documento Digitalizado Ostensivo (Público)

Arquivo - Trabalho de Conclusão de Curso

Assunto:	Arquivo - Trabalho de Conclusão de Curso
Assinado por:	Lourdes Lima
Tipo do Documento:	Anexo
Situação:	Finalizado
Nível de Acesso:	Ostensivo (Público)
Tipo do Conferência:	Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Maria de Lourdes Lima Medeiros, DISCENTE (202323300009) DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DOS RECURSOS AMBIENTAIS DO SEMIÁRIDO - CAMPUS PICUÍ**, em 02/11/2026 09:32:09.

Este documento foi armazenado no SUAP em 02/11/2026. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.ifpb.edu.br/verificar-documento-externo/ e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 2030952
Código de Autenticação: 4384ac8fa7